

A Circulação Midiática: Necessária para a Mudança Social¹

Annelize Pires²

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Resumo: Recebendo papel de importância na sociedade, os meios de comunicação, mais do que apenas disseminarem fatos, possibilitam que ressignificações sejam disseminadas, a partir dos ciclos de trocas constantes com a sociedade. Deste modo, formam-se contratos comunicacionais em que viabiliza-se a ressignificação das formas culturais hegemônicas e, a partir do movimento que os veículos promovem, há a aceitação ou negação das novas significações pelo corpo social, resultando no seu uso ou não pelos meios de comunicação. Objetiva-se neste artigo refletir sobre as interações entre meios de comunicação e sociedade e como os meios de comunicação podem colaborar para que mudanças sejam percebidas.

Palavras Chave: Meios de Comunicação; Contrato Comunicacional; Identidade; Representação; Travestis.

Introdução

Há nas sociedades tentativas do estabelecimento de sistemas organizacionais que sirvam como guias para os processos de interação entre indivíduos e grupos, buscando uma linha simbólica coesa de compartilhamento de representações que os aproxime e para que mantenham relacionamentos harmônicos. No entanto, por mais que hajam resistência e tensões, está aumentando, também, a exigência para que as identidades de grupos e indivíduos que não seguem normatizações que se convencionaram como “normais” sejam disseminadas de acordo com a forma com que tais grupos se percebem, não pela visão de outros indivíduos, uma vez que, não deve ocorrer a generalização entre os indivíduos, já que todos são diferentes e apesar de conectados em um mesmo espaço social, sua identidade não precisa, necessariamente, ser a mesma, mesmo com os agrupamentos que ocorrem. O que não se percebe é que as normas sociais não deveriam influenciar na identidade dos indivíduos, assim, os indivíduos trouxeram para suas individualidades intenções de convivência social. Porém, os meios de comunicação necessitam se utilizar de representações que agrupem os indivíduos para que possam construir suas representações

Os meios de comunicação “de massa” possibilitam que os agentes sociais tenham acesso a representações e interpretações diversas, uma vez que “já não se pode considerar ‘a mídia’ como um corpo estranho na sociedade” (BRAGA, 2012, p. 35). Com a participação cada vez maior dos meios de comunicação no corpo social, o processo crescente de midiatização, permite que as mudanças culturais se dissipem de maneira eficaz, possibilitando que as discussões sobre identidades e representações se disseminem, resultando em uma constante troca de significações e reiteração de conceitos já presentes nos

¹ Trabalho apresentado na XII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã - O direito à comunicação na luta por uma cidadania ativa, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Juiz de Fora, Minas Gerais, de 25 a 27 de outubro de 2017.

² Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Unesp - Câmpus de Bauru. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Comunicação na FAAC, Unesp - Bauru. Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo no 2015/ 26945-7 . annelize.pires@gmail.com

grupos sociais. Havendo um “contrato” entre sociedade e meios de comunicação, que aqui considera-se que este seria um resultado da midiaticização.

Os meios de comunicação tornaram-se ferramentas que permitiram a disseminação, expansão de representações sociais e culturais e, também, a contribuição no acompanhamento das mudanças sociais, mesmo que estas aconteçam de maneira paulatina. Mais do que uma necessidade de novas tecnologias que permitissem a circulação das notícias e formas culturais, a midiaticização permite que mudanças simbólicas ocorram ou sejam barradas. Pretende-se, neste artigo, discutir sobre a possibilidade de disseminação de mudanças nas normatizações, refletindo nos discursos midiáticos, contribuindo para que as modificações sejam adotadas, mesmo que de maneira vagarosa, também pelos meios de comunicação e colaborando para que participantes de grupos socialmente estigmatizados, se empoderem ao serem representados de acordo com suas percepções.

1. Meios de Comunicação e Contrato Social

Estabeleceu-se entre sociedade e meios de comunicação um “contrato simbólico”, este não convencionou-se como algo fixo, imutável, ou ainda, obrigatório, mas sim, uma espécie de acordo informal e não dito em que formas simbólicas e representações identitárias que, notadamente, tornam-se mais utilizadas pelos grupos sociais são usados de maneira hegemônica; sendo importante compreender que ser parte de uma hegemonia, não significa, necessariamente ser algo dominante, mas sim, uma espécie de senso comum. Desta forma, a ampla circulação de tais conceitos simbólicos demonstrou que os meios de comunicação não são apenas meios para os discursos, mas também, parte do todo, tendo importância do começo ao fim no que diz respeito a propagação de representações e identidades.

Compreende-se, assim, a existência de ciclos em que os veículos tomam-se de conceitos e identidades que se difundem com mais constância pela sociedade para que possam basear seus discursos. Assim, os meios de comunicação ultrapassaram a barreira tecnicista de que seriam “meros mediadores”, aproximando-se da perspectiva interacional do corpo social cada vez mais. Desta maneira, os veículos adotam conceitos, ideias e pontos de vista, se tornando, também consumidores, e o público influenciador destes, havendo um contínuo movimento entre a produção de conteúdos, sua recepção e seu compartilhamento. E, mais ainda, tal movimento dos processos formados vai além da recepção quando as mensagens continuam em uma compreensão seriada, passando por outras formas de relacionais, fazendo com que as mensagens simbólicas passem por sucessivos processos de assimilação e reinterpretações sobre o que está sendo dito, possibilitando que determinadas imagens simbólicas que são formadas e disseminadas sejam constantemente reanalisadas, formando, também, um tipo de memória coletiva simbólica que tornam mais “fácil” o reconhecimento de representações e identidades que são utilizadas constantemente.

A lógica primária da solidez de um contrato surge a partir da ideia de sua confiabilidade, supondo-se, desta forma, que um contrato não sofreria modificações constantemente. Quando reflete-se sobre as representações que são disseminadas pelos meios de comunicação, é perceptível há a necessidade de mudanças e diversificação nas representações para que possam acompanhar a inquietação simbólica que a sociedade possui. No entanto, nota-se que algumas formas simbólicas utilizadas vêm de um uso social e cultural passado e que continuam em uso, sem passar por ressignificações, como Lopes (2002, p.2) afirma sobre a construção de “edifício simbólicos” a partir do uso de de “artefatos de memória” (LOPES, 2002, p. 2) que seriam as marcas culturais que se formam pelas significações sociais.

Compreendem-se, também, estes artefatos como construções ideológico-representacionais que remetem ao nosso passado, sendo ressocializadas por efeito da comunicação midiática contemporânea. Parte-se do princípio de que representam séries temáticas e miméticas que povoam o modo de ver problemas de nosso passado e conseqüentemente do presente, compartilhados e compartilháveis no mundo da vida social. Portanto, existiriam padrões comunicacionais, modos de ver o passado, de acordo com o ‘edifício simbólico’ presente.

Torna-se explícito que a sociedade forma-se por meio de processos cíclicos e infindáveis de circulação, significação e ressignificação dos elementos simbólicos que dela fazem parte, resultando na necessidade de que seus agentes busquem maneiras que tornem possível a compreensão do que se vivencia. Os meios de comunicação fazem parte de tal processo, uma vez que eles são parte do grupo social e que, também buscam entender o que nele acontece para que possam transmitir ao seu público. No entanto, eles não só contribuem para a transmissão e construção de representações como também precisam apreendê-las para que seja possível emití-las. Ou seja, antes de divulgar determinada imagem para que os demais possam compreendê-la, é necessário que o próprio veículo compreenda o material simbólico que tem em mãos e formule uma identidade para aquele fato e para que ele possa ser reconhecido e interpretado por aqueles que entram em contato com ele.

É possível constatar que a transmissão de notícias pelos variados veículos comunicacionais não se limita as fronteiras de uma equação direta em que um fato é noticiado e, logo, ele seria apreendido pelo público da maneira com que o produtor imaginou. É necessária uma ordem para a compreensão de uma imagem simbólica, em que ao entrar em contato com determinado tema, pensa-se sobre ele, ocorre uma reflexão, usa-se a própria bagagem cultural, por tal fato é que, muitas vezes, o autor de um texto nega que tenha dado um sentido que foi posteriormente encontrado por alguém. Os textos distanciam-se de um sentido único no momento em que se materializam para outras pessoas, fazendo com que muitas vezes ocorra interpretações controversas. No entanto, nem toda interpretação textual encontra-se dentro dos limites da linguagem e dos símbolos ali colocados, resultando em interpretações e leituras diversas.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos a sua “identidade social” - para usar um termo melhor do que “status social”, já que nele se incluem atributos como “honestidade”, da mesma forma que atributos estruturais, como “ocupação”. Baseando-nos nessas preconcepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso. (GOFFMAN, 1988, p. 11-12)

Ao transmitir uma identidade que se afasta de sua memória primária, um veículo pode, tanto transmitir a ideia da existência de um “problema” social e identitário, como também, permitir que seus atores mostrem uma versão que não os estigmatize, permitindo sua visibilidade, contribuindo para a mudança e ressignificação dos padrões socialmente disseminados. Ao invés de contribuir para o conceito de fixidez identitária, é possível demonstrar que não estar de acordo com o que foi idealizado, determinado, e, principalmente, normalizado, não é mais considerado como uma “anormalidade”³.

O contrato firmado entre sociedade e meios de comunicação, por seu caráter cíclico, possibilita o movimento, mesmo que este não mostre-se constante e que existam resistências de ordens diversas para as mudanças sociais, por parte dos próprios agentes. Há a necessidade de compreender que a sociedade se ressignifica e que, os “edifícios simbólicos” se formam de acordo com as mudanças estruturais do corpo social. Desta forma, é necessário que o movimento cíclico esteja presente e que, de acordo com o momento histórico em que se vive, novas significações para representações surjam e sejam adotadas, de acordo com as necessidades de vivência que se tem.

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. (...) Como observa o crítico cultural Kobena Mercer, “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. (HALL, 2000, p. 9)

Tal fato, resulta tanto na busca por mudar certas visões estereotipadas, como também, na continua reprodução das mesmas representações simbólicas e identidades disseminadas pela sociedade, uma vez que existem tensões ainda entre grupos pela notoriedade de determinadas representações. Uma vez que

³ Foucault, 2010.

tornou-se habitual a tentativa de regulação e influência, pode ocorrer uma dificuldade em se produzir reflexões aprofundadas sobre suas propriedades dentro do sistema social, suas relações com a verdade e a existência de outras formas simbólicas, e que estas também podem estar de acordo com uma determinada realidade ou também precisam de ressignificações, uma vez que tais representações apenas possuem sentido a partir de sua utilização e valoração nas práticas sociais e discursivas, como Giddens (2003, p. 194) explana

Em suma, as "sociedades" são, pois, sistemas sociais que "se destacam" em baixo-relevo de um fundo constituído por toda uma série de outras relações sistêmicas, nas quais elas estão inseridas. Destacam-se porque princípios estruturais definidos servem para produzir um "aglomerado de instituições" global especificável através do tempo e do espaço.

As identidades não apenas individualizadas, sendo também sociais, uma vez que são formuladas a partir da seleção de normatizações e regras produzidas pela própria sociedade para que seja possível a convivência em um mesmo espaço social. Porém, há a dificuldade na aceitação de identidades e representações que fujam dos conceitos de normalidade hegemônicos, mesmo que esta seja subjetiva e questionável. A sociedade, em especial os grupos que recebem mais visibilidade, busca formas de unir as ações sociais para dar impressão de uma lógica estrutural e social. Fato é, que vive-se em estruturas que se encadeiam para que seja possível dar "um 'sentido' às atividades em que os participantes se envolvem, tanto para eles quanto para os outros" (GIDDENS, 2003, p. 102).

Por mais que os grupos sociais façam tentativas, há a impossibilidade de alcançar a homogeneidade identitária, cultural e social, uma vez que as práticas sociais dos indivíduos de uma mesma cultura se diferem nos mais diversos aspectos sociais, a cultura une seus indivíduos por elementos que possibilitem sua identificação em meio aos que não estão nela inseridos. O que acontece é que, muitas vezes, grupos majoritários tem suas ideias disseminadas por veículos com visibilidade maior e os grupos minoritários acabam sendo abafados por eles, tendo pouca visibilidade e sofrendo exclusão por seus pontos de vista. A identidade dos indivíduos fica cada vez mais restrita à ideias e normas que foram sendo construídas a partir de apenas um modelo do que é "certo". Assim, quem não segue esse formato restrito de identidade torna-se uma "aberração" e será exposto aos demais como exemplo do que não ser.

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como "certas" e proibindo outras como "erradas". Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider. (BECKER, 2008, p. 15)

A sociedade, e conseqüentemente, os meios de comunicação, está em uma constante categorização de seus indivíduos, formando ciclos de sujeição e assujeitamento. A sociedade constrói suas representações a partir de sua cultura e das leituras que dela são feitas, forma-se, assim, uma estrutura representativa que é “simultaneamente, restritiva e facilitadora” (GIDDENS, 2003, p. 30) unindo e organizando as representações, regras, práticas sociais e formas simbólicas que se entrelaçam nos relacionamentos sociais, sejam eles de qual natureza forem. Convivência interpessoal, sua manutenção e suas demais regularizações são resultantes da influência de tais estruturas sociais e das legitimações que dela surgem. Normalizou-se que as ações dos indivíduos buscam transmitir determinadas representações e identidades para os demais. A identidade dos indivíduos fica cada vez mais restrita à ideias e normas que foram sendo construídas a partir de apenas um modelo do que é “certo”. Assim, aqueles que não seguem tais modelos restritos de identidade tornam-se uma “aberração” e será exposto aos demais como exemplo do que não ser.

A própria mídia se utiliza das representações e identidades socialmente construídas que permitam a construção de seus conteúdos e, desta forma, contribuir para uma continuação destas. Mesmo que não sejam os veículos de comunicação que formulem os conceitos identitários disseminados, o papel deles neste ciclo de constante reafirmação de determinados papéis e estereótipos produzidos pela sociedade é central, ainda mais com o aumento das tecnologias que permitem a midiatização. A visibilidade temática, pode variar de acordo com determinados assuntos que alguns grupos com mais “poder” de decisão social estipularam para que se tenha a impressão de que todos os tipos sociais são tratados de maneira homogênea.

O que percebe-se quanto a atualização dos discursos, tanto provenientes da sociedade quanto dos meios de comunicação, é a dupla posição simbólica em que as representações são colocadas. Enquanto algumas formas simbólicas tem suas ressignificações aceitas fácil e rapidamente, para outras, há uma grande resistência para que sejam utilizadas as representações que vão de acordo com o espaço e o tempo presentes e que estejam mais próximas aos discursos atuais. Tal resistência a adaptação das identidades pode contribuir para uma contínua diferença no tratamento de grupos e indivíduos, principalmente, aqueles que já sofrem com um histórico de preconceitos e estigmas. No entanto, por mais que alguns grupos ainda resistam às ressignificações e a perceber que identidades normatizadas podem, e devem, mudar, o caminho das representações dos grupos que tem um longo e penoso percurso social, está passando por modificações e sendo disseminada de maneira mais próxima a sua realidade, mesmo que lentamente.

A mídia é plural, polissêmica e, principalmente, polifônica; plural por sua predisposição a mostrar realidades e identidades variadas em um mesmo meio; polissêmica por construir seus textos a partir de enunciações e vocábulos que permitem delimitar discursos e mediar as variadas visões de mundo existentes em uma mesma sociedade e, polifônica porque, por sua visibilidade e possibilidade de grande

alcance de público, há nela a capacidade e a viabilidade de conceder espaço, dar voz e espaço para os agentes sociais. Porém, nem sempre todos os participantes de um fato são convocados para que tenham suas versões conhecidas e divulgadas. Nota-se que sua polifonia é seletiva, alguns elementos tem mais espaço do que outros, alguns personagens tem possibilidade maior evidência do que outros. Cada veículo a utiliza a sua maneira, de acordo com a linha editorial que segue, com a ordem de importância que dá para os temas que entrarão em suas edições.

As representações que são veiculadas fazem parte de um agrupamento de formas simbólicas que ela apreende e que considera semelhantes a maneira como pretende lidar com os assuntos e temáticas. Todavia, a sociedade não fica estagnada em uma forma cultural única. A cultura muda conforme o próprio grupo social também o vai, tal mudança não tem época e forma certas de serem feitas, elas apenas mudam. Todo o tempo surgem novos questionamentos, novas visões, novos fatos que fazem com que os conceitos até então tidos como corretos sejam repensados e modificados. Fala-se, pois, na interdependência entre construção identitária e dinâmica cultural.

Os meios de comunicação permitem que as escolhas pessoais de cada indivíduo confrontem as escolhas midiáticas, unindo juízos de valor, dando a dimensão de sociedade e de trocas culturais entre os elementos sociais. Fato é, que a apreensão de identidades e representações faz parte da necessidade de escolha. Mesmo com as conhecidas regras de seleção tecnicistas que os profissionais da mídia seguem, não há como não ter a influência de “regras culturais” que controlam a forma como os produtos midiáticos serão divulgadas.

Ao relatar o acontecimento, completa Adriano Rodrigues Duarte, a mídia produz ao mesmo tempo um novo acontecimento que vem se integrar ao mundo. Os meta-acontecimentos discursivos pressupõem um ponto de vista particular, o do enunciador, impregnado de dimensões avaliativas, prescritivas e valorativas. Não há, assim, objetividade possível. Há, antes, dispositivos objetivantes *operados pelo instrumental técnico da mídia*. (...) Outra abordagem possível da metanotícia é do nível da transcendência do significado para muito além da notícia, pelo fato de ela simplesmente existir, conforme sugerem E. Bird e R. Dardenne (1993). Eles dizem que enquanto processo de comunicação, as notícias atuam como mito. Elas oferecem mais do que o fato - oferecem tranquilidade, familiaridade, fornecem respostas verossímeis a perguntas desconcertantes e explicações dos fenômenos complexos como desemprego e inflação. (MOTTA, p. 710, 2012)

A construção de papéis sociais e a formação de representações simbólicas a partir da externalização de identidade nos corpos físicos foram sendo transmitidas para as gerações seguintes formando um tipo de tradicionalismo que continuou a ser seguido pelos demais, muitas vezes, não porque estes concordam e refletiram sobre tais representações, normatizações, hierarquias e regras mas apenas por ser uma herança que foi passando para aqueles que vieram depois e tornou-se algo quase natural, que não necessitava ser reconstruído.

2. Travestis

O corpo tornou-se não apenas objeto de normatização, como também, alvo de discussões e a maneira de expor temáticas sobre limites e possibilidades, uma vez que as representações culturais são divididas de acordo com determinados arranjos feitos pela sociedade, sendo alguns aceitos e outros não. A partir das ressignificações e mudanças, percebe-se que as representações e construções passam por processos de aceitação e acusação sociais, sendo que nem sempre as construções anteriores são utilizadas para abrir mais possibilidades de representações do corpo, mas sim, para criar mais acusações sociais sobre certos e errados. Algumas normas continuam sendo vistas como as únicas formas corretas para se representar um indivíduo.

A parte exterior do corpo tornou-se um dos canais pelos quais muitos indivíduos são identificados, no entanto, você se construir de acordo com as suas identificações sem estar de com a normas sociais para seu corpo biológico tornou-se motivo para que alguém sofresse preconceitos, perseguições e estigmas. A representação própria de uma pessoa também precisaria estar de acordo com as regras sociais para que se fosse aceito. O corpo tornou-se um dos elementos identitários alvo de rigidez e de formulações limitantes para que se fosse representado de maneira igualitária, caso contrário, a representação seria, e ainda é, feita de acordo com ele de qualquer maneira, não considerando-se a identidade própria.

Desde a Antiguidade, mitos e histórias são criadas e transmitidas a partir de versões que possam justificar os variados conceitos culturais de gênero e sexo existentes e que são disseminados pelas sociedades, podendo ser sobre a concepção da unicidade de gêneros em um único ser, como no mito Platônico sobre os machos, as fêmeas e os andróginos, ou ainda, no mito de Hermafrodito, e os motivos de sua partição em duas identidades que se complementariam para a continuidade da espécie. Alguns alegam que a divisão seria um castigo divino, outros afirmam que o nascimento com os dois sexos em um só corpo é que seria uma forma de punição, levando, inclusive, ao sacrifício de tais pessoas.

Estudiosos da área e também, aqueles que não exatamente se debruçam sobre a questão de gêneros mas que se interessam pela temática, buscaram e, ainda buscam, explicações para os motivos que justifiquem àqueles indivíduos que não estão de acordo com o pensamento geral. Há inúmeras discussões sobre o corpo biológico e a psique de cada indivíduo e sobre a existência das fronteiras de gênero na externalização das questões e leituras internas dos indivíduos. Resultante de todas as discussões, há também os discursos que definem a existência de sujeitos desviantes quando se trata de corpo e do seguimentos das regras sociais sobre ele. A integração social reafirma determinados códigos e papéis sociais desde a Antiguidade, quando criavam-se lendas para disseminar as subjetivações sociais.

A identidade social conferida por idade ou gênero - e outras características supostamente "atributivas", como a pigmentação da pele - tende a ser o foco de

tantos aspectos da conduta que empregar o termo "papel" para descrevê-los é enganador e superficial. A noção de papel, conforme foi sublinhado por inúmeros críticos de seu emprego generalizado nas ciências sociais, só possui alguma precisão conceptual se aplicada em contextos de interação social, nos quais estão formulados Com relativa clareza os direitos e obrigações normativos associados a urna identidade específica. (GIDDENS, 2003, p. 100)

As normatizações e a divisões entre “normal” e “anormal” para corpo, sexo e gênero não são resultantes de discussões surgidas na sociedade contemporânea. Já na antiguidade “crianças com ambiguidade genital ou fora dos padrões ‘sexuais’ esperados era então jogadas vivas na águas, *sem derramamento de sangue*” (LEITE Jr., 2011, p. 38), como é possível notar os julgamentos sobre quais indivíduos faziam parte dos padrões já era algo pertencente às culturas, já havendo divisões e regras sociais produzidas a partir das características físicas de cada um, sendo apenas modificadas conforme as sociedades redefiniam seus modelos e passavam a partilhar de novos códigos culturais, existindo, inclusive, os papéis sociais para homens e mulheres. Mesmo que as regras sociais sejam passíveis de interpretações diversas, aqueles que “fogem a regra” acabam sendo apontados como desviantes, sendo estigmatizados por seus posicionamentos.

Regras sociais são criações de grupos específicos. As sociedade modernas não constituem organizações simples em que todos concordam quanto ao que são as regras e como elas devem ser aplicadas em situações específicas. São, ao contrário, altamente diferenciadas ao longo de linhas de classe social, linhas étnicas, linhas ocupacionais e linhas culturais. Esses grupos não precisam partilhar as mesmas regras e, de fato, frequentemente não o fazem. Os problemas que eles enfrentam ao lidar com seu ambiente, a história e as tradições que carregam consigo, todos conduzem à evolução de diferentes conjuntos de regras. À medida que as regras de vários grupos se entrecrocaram e contradizem, haverá desacordo quanto ao tipo de comportamento apropriado em qualquer situação dada. (BECKER, 2008, p. 27)

A normatização foi naturalizada pelas sociedades, ao longo das redefinições culturais e das formatações que o espaço-tempo exigem que ocorram. Aqui fala-se sobre a sociedade ocidental com a qual tem-se mais contato e possibilidade de conhecimento cultural e identitário, houve a necessidade de uma organização para que os indivíduos seguissem certos conjuntos de regras que permitissem uma vivência conjunta. No entanto, alguns componentes tornaram-se formas institucionalizadas de criar rótulos e normalizar os conceitos de indivíduos “normais” e indivíduos desviantes a partir de um conjunto de ideias hegemônicas que conseguiram, inclusive, ditar o que é considerado “errado” por uma oposição das representações que já estão estabelecidas no corpo social e são utilizadas como ponto de partida para as divisões entre certos e errados, como Miskolci (2009, p. 153) propõe sobre a teoria da suplementariedade desenvolvida por Derrida “A suplementariedade mostra que significados são

organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico”.

Não raro, vê-se discursos que confundem sexo, gênero e as demais divisões e normatizações que surgiram a partir de tais conceitos. Na antiguidade, sexo e gênero eram considerados como sendo um único elemento, uma vez que não separava-se o corpo da alma, acreditando-se, inclusive, que o que a mente desejasse, poderia ser modificações no corpo, como Leite Júnior (2011, p. 45) explana: “O importante é ressaltar como o universo psíquico e o corpo físico ainda não estavam tão separados conceitualmente e a dita ‘imaginação’, ou seja, as impressões e vivências psíquicas eram elementos capazes de realizar manobras e prodígios concretos na fisiologia humana”. Na contemporaneidade, naturalizou-se que os órgãos sexuais de um indivíduo definiriam a maneira como cada um agiria, mesmo sabendo-se que corpo e psique não caracterizavam um ao outro. Logo, o corpo físico tornou-se mais uma fonte de normatização e limitação dos indivíduos perante o corpo social.

Os elementos culturais e sociais precisam passar por ressignificações, mudanças e redefinições ao longo do tempo e conforme a sociedade se vê diante de necessidades e estruturas que anteriormente não estavam presentes e as incorpora a sua organização. Ao longo dos tempos muitas mudanças foram sendo produzidas no que concerne os discursos sobre sexualidade e gênero. A temática é circundada por aberturas e impedimentos, o corpo social passa por progressivas etapas e períodos que delineiam os discursos que serão produzidos sobre as práticas sexuais e de gênero. Em cada época expõe-se ou esconde-se algo no que diz respeito ao tema. No entanto, muitos conceitos por mais que sejam modificados e passem por discussões e novas conceitualizações ainda perduram em sua forma antiga. A sociedade é, concomitantemente, fluída e rígida, com isso, nota-se e discute-se a ideia de que nela algumas formas culturais são facilmente transpostas enquanto outras sofrem com uma tentativa de fixidez e de que há apenas uma forma de interpretação plausível e aceitável.

Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. (BUTLER, 2014, p. 253)

Fato é, que os discursos sociais hegemônicos foram elevados a posição de meios de regulação, desconsiderando, por vezes, as subjetividades existentes, tornando-os formas de sujeitar os agentes sociais a normas e regras fixas, como se a sociedade necessita-se de homogeneidade. Esquece-se em diversos momentos que nem todos os aspectos da vida estão ligados aos ambientes macro, e que os indivíduos tem suas próprias maneiras de se assujeitar às normatizações impostas pela sociedade. Mesmo não assujeitando-se ao esperado a regulação ainda se faz presente, uma vez que para ser considerado como um indivíduo “diferente” deve-se ter algo em que se basear. A sociedade carece de estruturas simbólicas para

seguir; no entanto, a dinâmica social instiga a multiplicação de falas colaborando com a desconstrução daqueles discursos que almejam serem únicos e imperantes, nestes termos, a polifonia sobre a sexualidade e seus desdobramentos conceituais constitui-se.

Por mais que modelos e padrões persistam na sociedade, há um movimento que está introduzindo representações que não se utilizem de estereótipos e estigmatizações. Ainda que ainda se tenha resistência de grupos no que concerne as temáticas sobre identidade de gênero e sexualidade, pode-se notar que está ocorrendo uma mudança na maneira com que travestis estão sendo representadas, mesmo que ainda haja muito preconceito e estereotipações.

3. Análise de Caso

Durante muitos anos os indivíduos pertencentes ao grupo LGBT, aqui com foco em travestis, tiveram sua identidade representada, exclusivamente, de maneira estereotipada, sendo, muitas vezes, utilizadas formas simbólicas que não correspondem com a maneira com que elas e eles se identificam. As travestis subvertem as ideias de ligação entre gênero biológico e identidade de gênero e, também, a ordem social normalizada, ao agirem e viverem de acordo com suas vontades e identificações e delinearem suas vidas e seus corpos de acordo com suas próprias identificações. Elas não se importam com o que a cultura fixou como sendo “masculino” e “feminino” e seguem suas próprias formulações de gênero, não se deixando afetar pelas regras culturais, ficando, muitas vezes, “entre” os gêneros.

Analisar-se-a como forma de exemplificar a diversidade de representações das travestis que um jornal pode disseminar, algumas matérias do jornal diário *Folha de S. Paulo*. Diversos textos jornalísticos transmitiram, e ainda transmitem, conceitos que marginalizam as travestis. como, por exemplo, sendo prostitutas, pessoas ligadas a violências e as ruas, como, por exemplo, na matéria “Moradores do Butantã pretendem expulsar travestis de ruas do bairro”, publicada no caderno Cotidiano, que expõe como a sociedade não considera garotas de programa e, principalmente, travestis que se prostituem como participantes do corpo social e pretende tomar decisões sobre suas atividades sem consultá-las e sem tentar o diálogo, tornando as ruas do bairro paulistano “Palco de briga ferrenha” [sic], justificando, inclusive, mudanças na legislação para que elas percam seus clientes e seu espaço de trabalho:

Na última quinta-feira, mais de cem pessoas se reuniram com representantes da prefeitura e das polícias Civil e Militar, entre outros órgãos, para encontrar uma forma de expulsar o novo público da região. Entre as propostas, surgiu até mesmo a idéia de fotografar os carros dos clientes dos travestis para enviar as fotos de maridos infiéis a suas famílias.

"Há quatro meses tenho que tomar Lexotan para dormir, porque elas ficam conversando, dando gritos e rindo na frente do meu portão. E toda manhã tem

camisinha no chão da frente da minha casa", diz a comerciante Joana -os nomes são fictícios, a pedido dos organizadores da reunião.

O comerciante João, por exemplo, diz já ter sido vítima de vingança. Ele conta que discutiu com um travesti que estava na frente de sua casa e na manhã seguinte encontrou seu carro -que fica estacionado na rua- com a pintura destruída.

"O nosso papel a gente está fazendo. O problema agora é de legislação. Enquanto ela não mudar, vamos ficar discutindo a mesma coisa", disse o delegado Marcos Gomes de Moura, do 51o DP, no Butantã. (LAGE, A., 2004, Caderno Cotidiano)

No entanto, o texto buscou uma representante das profissionais do sexo e travesti para que ela pudesse mostrar o outro lado da questão, expondo que o diálogo é necessário e, mostrando, que as travestis e garotas de programa também devem ser ouvidas:

Para o travesti Alcione Carvalho, presidente da ONG Associação dos Profissionais do Sexo de São Paulo, o conflito no Butantã só será resolvido se houver diálogo entre os moradores e os travestis e prostitutas, que devem ser chamados para as reuniões. "As soluções têm que ser encontradas em conjunto. A gente pode ter um trabalho educativo, para ensinar a falar mais baixo, não jogar preservativo no chão, mas para isso é preciso conversa. Se for no grito, ninguém consegue nada e o conflito continuará", diz. (*Idem*)

Apesar do discurso jornalístico tender a reproduzir a violência contra travestis como sendo algo habitual, que ocorre diariamente, em alguns momentos, reproduz textos que façam o público refletir sobre esse tipo de violência; Fernando Gabeira em sua coluna intitulada "O outro lado do Rio (09 de abril de 2005), pondera sobre o assassinato de travestis e o descaso social com tal fato, expondo como a sociedade parece estar se acostumando com ação de indivíduos tirando a vida uns dos outros. Ao abordar a temática, Gabeira contribui para que o público perceba como as travestis são constantes vítimas das mazelas sociais sendo, em inúmeros casos, esquecidas e excluídas.

Nessa chacina morreu um travesti, mas pouco se falou dele. Talvez para não dar atenuantes aos criminosos. Matar travesti é quase um ato de rotina. Mencionar esse detalhe retiraria o caráter excepcional dessa macabra operação, que exterminou crianças, trabalhadores e a dona de um bar. Inconscientemente, vamos criando uma camada de defesa contra o horror. As crianças indígenas morrem porque os índios têm a cultura de alimentá-las por último. Mulheres são estupradas porque, de certa forma, provocaram seus agressores. (GABEIRA, F., 2005, Caderno Ilustrada)

Há, também, matérias que reconhecem as travestis da maneira com que se identificam, mulheres, utilizando o nome no feminino, sem constar o nome de registro, mesmo que utilizando de frase dúbia para falar sobre sua feminilidade, como na matéria "Nosso destino está nas mãos das mulheres", escrita por Luiz Caversan, publicada em 16 de agosto de 2000, no caderno "Brasil". Ao ser constatado que existiam mais mulheres eleitoras do que homens, foram entrevistadas mulheres para opinarem sobre "Ainda que

limitados aqui pela palavra apenas escrita, vamos ao que pensam algumas mulheres, representativas de diferentes segmentos sociais, sobre o que há demais e o que há de menos, o que falta e o que sobra na cidade de São Paulo”, dentre tais mulheres, uma travesti “Luana, 23, travesti na rua Bento Freitas, que afirma que votará "do ponto de vista feminino" - "Falta cliente! Brincadeira, o que falta é emprego, dinheiro para as pessoas. E o que sobra é gente sem ter o mínimo para sobreviver."

Com estes poucos exemplos, pode-se notar que os meios de comunicação agem como o restante da sociedade, no que diz respeito a normatizações que vem sendo transmitidas por muitos anos. Alguns textos são construídos com representações que refletem a identidade com que as travestis se identificam, enquanto outros, continuam estigmatizando-as. Foram utilizadas matérias de diversos anos para que fosse possível mostrar que existem tentativas de representar as travestis da maneira com que elas se percebem e transmitem sua identidade, mas, ainda há a utilização de estereótipos e construções inadequadas.

3. Considerações Finais

Os meios de comunicação podem contribuir para a constante ressignificação das representações que circulam amplamente no corpo social e para haja a flexibilização do contrato entre meios de comunicação e sociedade. Com a agilidade da circulação midiática que se vivencia atualmente, o ciclo simbólico entre veículos e sociedade podem acontecer com agilidade e eficiência, resultando no constante movimento das ressignificações, contribuindo para que a própria sociedade note quais representações necessitam ser reavaliadas e agindo a favor da visibilidade e da igualdade social. O contrato comunicacional pode beneficiar uma constante busca por representações que estejam de acordo com a cultura e identidade de um grupo, e não, apenas para a transmissão de fatos de forma mecânica.

As formas pessoais, interpretações e vivências tornaram-se elementos secundários considerados como representantes da regulação em que se vive, assim, por mais que cada um possa se construir a partir de suas próprias leituras pessoais, tais formulações passam por regulações que estão presentes no círculo social em que se vive. No entanto, ao se colocar as diversas formas identitárias em um discurso social pode-se limitar os indivíduos, inclusive em sua individualidade, pelos discursos emergentes que estão na sociedade.

A reiteração e circulação de uma mesma forma simbólica, tanto pelos veículos quanto pelos demais grupos sociais, que podem utilizar, inclusive, das tecnologias que permitem que os ciclos ocorram de maneira mais expansiva, torna possível o contato com as ressignificações sociais e culturais. No entanto, apenas quando há a ruptura dos padrões por todos os agentes sociais - tanto sociedade quanto meios de comunicação - é que os ciclos podem modificar o contrato formado; do contrário, há as ressignificações e há a continuação no uso das formas vigentes. O contrato comunicacional se constitui em um rico espaço de negociações em que existe uma tensão básica e é a partir do gerenciamento desta

tensão, que há a abertura para a possibilidade do debate democrático e das resoluções e soluções para que a circulação de formas simbólicas não seja limitada por normatizações e pelo senso comum.

Há a necessidade de diversificação dos discursos dos meios de comunicação, contemplando as formas representativas pelas quais os próprios representados se identificam, possibilitando, assim, que os agentes sociais tenham acesso às formas representativas que mostram que as normatizações precisam ser constantemente repensadas. Ao mostrar representações que estão de acordo com as identificações dos próprios indivíduos, os veículos podem contribuir para que os grupos que são estigmatizados, sejam vistos de acordo com a maneira com que se percebem, e não a partir de normatizações obsoletas.

4. Referências Bibliográficas

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Tradução Maria Luiza X. de Borges. 1ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BRAGA, J. L. **Circuitos versus campos sociais** In Mediação & Miatização / Jeder Janotti Junior, Maria Ângela Mattos, Nilda Jacks, Organizadores ; prefácio, Adriano Duarte Rodrigues. - Salvador : EDUFBA ; Brasília : Compós, 2012.

BUTLER, J. Regulações de gênero. In *Cadernos Pagu*, janeiro/ junho, 2014.

FOUCAULT, M. **Os Anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

GIDDENS, A. A constituição da sociedade. Tradução Álvaro Cabral. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A. 1988.

HALL, S. A identidade cultural na pós modernidade; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 4ª ed. Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

LEITE Jr., J. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias " travesti" e "transexual" no discurso científico. São Paulo: annablume, FAPESP, 2011

LOPES, L. C. Artefatos de memória e representações nas mídias. *Revista Ciberlegenda*, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <<http://www.proppi.uff.br/ciberlegenda/>>

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In *Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, no 21, Jan/ Jun, 2009. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/8863>>

MOTTA, L. G. **Teoria da notícia**: as relações entre o real e o simbólico. **O jornal**: Da forma ao sentido. Maurice Mouillaud; Sérgio Dayrell Porto, [Organizador]; Sérgio Grossi Porto, tradução. - 3. ed. rev. ampl. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

5. Referências Jornalísticas

LAGE, A. Moradores do Butantã pretendem expulsar travestis de ruas do bairro Folha de S. Paulo. Caderno Cotidiano. 3 de dezembro de 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0312200431.htm>>

GABEIRA, F. O outro lado do rio; Folha de S. Paulo; Caderno Ilustrada, 09 de abril de 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0904200531.htm>>

CAVERSAN, L., Nosso destino está nas mãos das mulheres. Folha de S. Paulo; Caderno Brasil. 16 de agosto de 2000. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1608200025.htm>>